

ALVES, João Luís

* dep. fed. MG 1903-1908; sen. ES 1909-1918; min. Just. 1922-1924; min. STF 1924-1925.

João Luís Alves nasceu em Juiz de Fora (MG) no dia 23 de maio de 1870, filho de João Luís Alves e de Bárbara Horta Barbosa Alves.

Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em novembro de 1889, regressou a Minas Gerais para, no ano seguinte, iniciar carreira na magistratura, ao ser nomeado promotor público e curador de órfãos da comarca do Rio Verde. Em março de 1891, foi nomeado juiz municipal e de órfãos do termo de Campanha, permanecendo no cargo até junho de 1892. Ainda nesse ano, após pequena reforma da justiça estadual, foi nomeado juiz substituto da comarca de Alfenas, cargo que exerceu por pouquíssimo tempo, em função de haver retornado a Campanha, cidade que fora, no passado, importante centro de exploração aurífera.

Em Campanha, afastou-se da magistratura e passou a se dedicar à advocacia e a negócios particulares, além de ministrar curso sobre legislação de terras na escola de agrimensura local. Eleito prefeito para o triênio 1898-1900, foi concomitantemente inspetor da Instrução Pública do município. Ligado ao grupo de Silviano Brandão, presidente de Minas de 1898 a 1902, foi eleito deputado ao Congresso estadual e exerceu o mandato de junho de 1899 a dezembro de 1902. Em 1903 foi eleito deputado geral por Minas, e em 1906 renovou o mandato na Câmara dos Deputados, até dezembro de 1908.

Como seu nome já despontasse com alguma evidência no cenário político nacional, depois de deixar a Câmara, elegeu-se senador pelo estado do Espírito Santo em 1908, sendo reconduzido em 1912. Em dezembro de 1918, renunciou ao mandato no Senado para assumir a Secretaria de Finanças do governo de Artur Bernardes em Minas Gerais, onde permaneceu de janeiro de 1919 a setembro de 1922. Eleito Bernardes para a presidência da República, retornou à capital federal a fim de assumir a pasta da Justiça e Negócios Interiores.

Sem ser um literato, mas ligado à justiça e ao estudo das leis, foi eleito para a Academia

Brasileira de Letras em 1923. Ocupou a cadeira 11, cujo antecessor fora o poeta, magistrado e educador Eduardo Ramos. Em dezembro do ano seguinte foi nomeado pelo presidente Artur Bernardes, a quem era ligado por laços políticos e de amizade, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), na vaga surgida com o falecimento de Hermínio Francisco do Espírito Santo. Deixou a corte em 1925 por problemas de saúde. Em viagem pela Europa para tratamento da saúde, faleceu em Paris no dia 15 de novembro desse ano.

Ao longo da carreira foi também lente de direito comercial da Faculdade de Direito de Belo Horizonte e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

De sua vasta obra, dispersa em várias publicações especializadas do campo jurídico, destacam-se “O estado de guerra e o estado de sítio” (1907), “Comentários do Código Civil” e “Código Civil Anotado” (1917), as duas últimas largamente utilizadas como fonte doutrinária.

Eduardo Junqueira

Fontes:

MELLO FILHO, J. *Notas; Supremo Tribunal ; SENADO*. Disponível em:
<<http://www.senado.gov.br/senadores/>>.